

Carta da Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena de Pernambuco



15 e 16 de outubro de 2014 - Recife
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Com o tema “Povos de Pernambuco – Diversidade, Território e Soberania Alimentar”, a Jornada do Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena de Pernambuco reuniu na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em Recife/PE, nos dias 15 e 16 de outubro de 2014, aproximadamente 200 agricultores e agricultoras familiares e camponeses e camponesas, povos de terreiro, estudantes, professores e professoras, técnicos e técnicas, representantes, assessores e assessoras dos movimentos sociais e gestores públicos, vindos de várias regiões de Pernambuco. Com a Jornada criamos um espaço de socialização, troca de conhecimentos, integração e articulação entre o saber técnico-científico e os saberes populares.

A Jornada revelou distintas identidades socioculturais da agricultura familiar, camponesa, indígena e das comunidades tradicionais de terreiro do Estado de Pernambuco e suas contribuições para a produção de alimentos, refletindo sobre os diferentes modos de plantar, colher, compartilhar, comer e curar do povo indígena Xukuru, das mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú, dos assentados e assentadas da reforma agrária do assentamento Amaraji de Rio Formoso, dos acampados e acampadas de Malhada de Arcoverde, dos quilombolas de Conceição das Crioulas de Salgueiro e dos povos de terreiro de diferentes tradições (Terreiro Sítio de Pai Adão, Centro de Umbanda Luz Divina e Terreiro Ilé Asé Eghé Awó) de Recife e Camaragibe. Essas experiências nos mostraram seu grande compromisso com a produção de alimentos saudáveis, numa perspectiva de sustentabilidade para os seus territórios e para o país.

O povo Xukuru e as comunidades tradicionais de terreiro nos mostraram que precisamos resgatar nosso elo com a “mãe natureza” e que tudo o que está relacionado com a terra e com o alimento é sagrado. Os outros grupos nos mostraram que através da transição agroecológica, da diversificação da produção, do cuidado com a natureza, do compartilhamento e das outras iniciativas da economia solidária, da valorização de suas tradições e seus saberes e da organização social, é possível garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional do povo de Pernambuco. Ressaltamos a participação das mulheres agricultoras que têm cumprido um papel protagonista na construção de experiências agroecológicas voltadas para a produção de alimentos. Destacamos, ainda, que a comercialização nas feiras agroecológicas existentes no estado e a venda através dos programas governamentais envolve hoje centenas de famílias agricultoras e milhares



de consumidores. Essas experiências representam o conjunto de tantas outras existentes no estado, que se orientam pelos princípios da Agroecologia.

Por outro lado, também tivemos um avanço nas iniciativas de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios agroecológicos, como a assessoria técnica realizada pelas organizações da sociedade civil, a criação, reconhecimento e apoio aos Núcleos de Agroecologia nas universidades e institutos, as experiências de educação contextualizada, o que tem aberto espaço para a construção de novos conhecimentos orientados pelo reconhecimento da diversidade da agricultura familiar, camponesa e indígena existente no estado e do seu papel para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Aproveitando o momento de mobilização global em que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lança 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena, a Jornada se soma a diversas iniciativas para, mais uma vez, ressaltar a importância deste segmento para a soberania e segurança alimentar e nutricional, com respeito à natureza e à biodiversidade, e para a erradicação da pobreza e da fome.

Mas precisamos ir além. Não podemos comemorar este Ano sem cobrar a ampliação de medidas concretas de parte dos governos e organismos internacionais para o fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e indígena e o enfrentamento das enormes contradições ainda existentes no campo. Chamamos a atenção para a necessidade de uma ampla Reforma Agrária, com o aumento do número de famílias com acesso à terra e a água, o reconhecimento e a titulação de terras tradicionais dos povos indígenas e quilombolas, e a dinamização do campo com políticas públicas que garantam a plena cidadania dos agricultores.

Denunciamos todas as formas de violência contra as mulheres, seja ela moral, psicológica, física e patrimonial vivenciadas no cotidiano, nas relações familiares e nas práticas agroecológicas. Da mesma forma denunciamos as práticas de discriminação étnico-racial e intolerância religiosa vivida pelas comunidades tradicionais de terreiro.





Ainda há uma ilusão e uma supervalorização do agronegócio e do projeto desenvolvimentista que lhe dá suporte. Mas sabemos que este modelo provoca uma crescente transformação dos alimentos em mercadorias, uma simplificação e deterioração da nossa cultura alimentar, com forte domínio de alguns grandes grupos transnacionais que se apropriaram do sistema agroalimentar em nível global. Este modelo também envenena os alimentos e desestrutura os sistemas produtivos familiares.

Portanto, neste Ano, exigimos mais políticas que valorizem experiências agroecológicas protagonizadas por agricultores, camponeses, indígenas e comunidades tradicionais de terreiro (em toda a sua diversidade) e que contribuam para que possamos ter em Pernambuco e no Brasil um amplo processo de transição para sistemas produtivos mais sustentáveis que garantam o direito humano à uma alimentação adequada e saudável.

Precisamos romper com o modelo hegemônico do agronegócio que levou o Brasil a ser o país campeão mundial de consumo de agrotóxicos. Denunciamos que nos últimos anos várias frutas, verduras e legumes consumidos em nosso Estado estão contaminadas com resíduos de agrotóxicos, tal como tem sido alertado por órgãos fiscalizadores e de saúde de Pernambuco. Também denunciamos os milhares de casos de

intoxicações e centenas de óbitos de trabalhadores por agrotóxicos, sendo que a maioria dos casos ocorreram no meio rural. Levando em conta que os serviços de notificações não estão implantados na maioria dos municípios, conclui-se que a situação real é bem mais preocupante.

Exigimos medidas concretas de eliminação do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira e em Pernambuco. Nos somamos ao Fórum Pernambucano de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos na Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente e Sociedade, e à Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida, afirmando que não existe uso seguro de agrotóxicos e que devem ser feitos todos os esforços para combater a ideia de “níveis aceitáveis de contaminação dos alimentos, da água e do corpo dos trabalhadores e trabalhadoras”. Da mesma forma, exigimos a demarcação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos, o fim da pulverização aérea, o banimento dos agrotóxicos proibidos em outros países, o fim da isenção de impostos para agrotóxicos, e não aceitamos o relaxamento da legislação e nem o desmonte das instituições de regulação e controle destes produtos.



Ao mesmo tempo, repudiamos a forma irresponsável em que vem sendo permitido o uso de transgênicos no nosso país e a implantação da unidade de desenvolvimento de tecnologias da Monsanto em Petrolina, que colocam em risco nossa agricultura, autonomia, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Também reiteramos a necessidade da imediata proibição do uso de agrotóxicos no campus de Recife da UFRPE e reivindicamos uma Universidade e uma educação comprometida com a vida, com a produção de alimentos saudáveis, a proteção da natureza e da saúde dos trabalhadores e dos consumidores e com sistemas produtivos agropecuários sustentáveis e soberanos. Sugerimos que as universidades e instituições de pesquisa de Pernambuco, com apoio dos órgãos de fomento, incluam na sua pauta o tema da soberania e segurança alimentar e reconhecimento dos povos.

Apoiamos as lutas dos povos do Território do Pajeú em favor da recuperação do Rio Pajeú e do tratamento dos resíduos sólidos, criando estratégias educativas e de reciclagem do lixo.

Reafirmamos o nosso compromisso com a superação das desigualdades de gênero e da estrutura patriarcal que oprime e explora as mulheres. Afirmando os direitos das mulheres de decidir sobre suas vidas e produção e por uma vida livre de violência. Reforçamos a orientação assumida pelo III Encontro Nacional de Agroecologia de que “Sem feminismo não há agroecologia”.

Ainda que tenhamos significativa melhoria no Mapa da Fome brasileiro, denunciaremos a situação de insegurança alimentar vivenciada por uma grande parcela da população do estado de Pernambuco, em especial a população rural.



Em que pese a importância das políticas públicas que amenizaram os impactos da longa estiagem que tivemos nos últimos anos, é preciso ampliar as políticas de convivência com o semiárido, para que cheguem a todos os agricultores e agricultoras dessa região de forma permanente.

Associado a isso, chamamos atenção para o fato de que as famílias agricultoras têm perdido sua autonomia para a produção de alimentos, devido a ampla disseminação (inclusive pelos órgãos governamentais) das sementes híbridas e transgênicas que levam à perda das sementes tradicionais. As comunidades de terreiro têm tido dificuldades

Precisamos resgatar, valorizar e ampliar o uso das sementes tradicionais através de nossas experiências com o apoio das políticas públicas estaduais e federais, que precisam ser colocadas em prática no nosso estado.

Avante povos da terra! Nos orgulhemos, pois nossa luta está se fortalecendo com a nossa mobilização, organização e integração com os demais povos que lutam! Viva a Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena! Viva a Agroecologia! Pelo fortalecimento da nossa soberania e segurança alimentar e nutricional!





Parcerias

Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/UFRPE

Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia - GT Campesinato e Soberania Alimentar

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá

Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar – NECEF/DecD/UFRPE

Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas – LA/UFRPE

Rede Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/UFRPE

Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política – LECGEO/UFPE

Núcleo de Estudos Afro Brasileiros – NEAB/DED/UFRPE

ActionAid

Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco – ADUFERPE/UFRPE

Cáritas Brasileira – Regional Nordeste 2

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST/PE

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Pernambuco – CONSEA Pernambuco

Programa de Pós-graduação de Extensão e Desenvolvimento Local – Posmex/DED/UFRPE

Fórum de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FESSAN/PE

Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA

Edição

Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC/UFRPE

Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia - GT Campesinato e Soberania Alimentar

Coordenadoria de Comunicação Social UFRPE- CCS

Editora Universitária da UFRPE